

Heloisa Soares de Moura Costa

e

NCRUZILHADAS DO
PLANEJAMENTO: REPENSANDO
TEORIAS e PRÁTICAS

UM BALANÇO DO X ENCONTRO
NACIONAL DA ANPUR

042

pós-

RESUMO

O trabalho constitui um balanço do X Encontro Nacional da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ocorrido em maio de 2003. A partir de uma visão geral das atividades que compuseram o encontro, é realizada uma breve avaliação regional da procedência dos trabalhos. A seguir, apresenta-se o tema central enquanto desafio colocado aos pesquisadores, do qual é, então, feito um balanço temático das principais questões abordadas, do conjunto de trabalhos selecionados. Constata-se claramente a existência de avanços em termos conceituais e das práticas socioespaciais, ao mesmo tempo em que são identificadas algumas limitações a constituírem-se em desafios a serem superados.

ABSTRACT

This paper is an assessment of the 10th National Meeting of ANPUR – The National Association of Graduate Studies and Research in Urban and Regional Planning, which took place in May 2003. An overview of the event's activities is followed by a brief analysis of the contributions, according to their regional origins. Next, the paper presents the central theme of the conference, expressing the challenge posed to researchers, followed by a thematic assessment of the main issues discussed by authors of the papers selected. There is clear evidence of important improvements in conceptual terms and as far as social-spatial practices are concerned. At the same time some constraints are identified, giving rise to new challenges that must be overcome.

O CONTEXTO DO ENCONTRO E ALGUNS NÚMEROS INICIAIS

O X ENA¹ teve como tema central Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas, do qual se desdobraram as diversas atividades que compuseram o encontro. Em termos formais, o debate se inicia com uma conferência de Francisco de Oliveira sobre as relações entre Estado e planejamento e suas transformações no Brasil atual (OLIVEIRA, 2003), desenvolvendo-se, a seguir, por meio do seguinte formato: mesas-redondas de convidados, sessões temáticas compostas por trabalhos selecionados, e sessões livres propostas por pesquisadores e suas redes e instituições. Informalmente, as discussões ganham os corredores, continuam nos intervalos, nas exposições e estandes de livros, nutrindo-se da intensa interação de mais de 500 participantes ao longo de cinco dias.

As mesas-redondas formadas por pesquisadores convidados tiveram como um de seus objetivos privilegiar o aprofundamento do tema central a partir de diferentes perspectivas e escalas de análise e intervenção. Esse foi o caso da mesa homônima ao tema, cujos participantes tiveram a incumbência de realizar um balanço teórico da produção científica da ANPUR, até então, e uma reflexão sobre novos caminhos ou perspectivas, tendo como pressuposto as seguintes abordagens: escalas de poder: cidadania, gestão, poder, participação, conflito; Estado e planejamento: papel do estado, democracia, políticas; Escalas espaciais: territórios, região, ambiente; Escalas espaciais: segregação, dinâmica imobiliária e qualidade de vida; Dimensões temporais: história, memória, forma, volumetria.

Da mesma forma, a perspectiva interescalar comparece na mesa intitulada *Repensando antigas questões: o regional, o metropolitano e o local*, que contribuiu para a compreensão da dinâmica socioespacial brasileira em sua articulação do global ao local, lançando olhares particulares para as metrópoles e suas múltiplas dinâmicas, bem como para duas regiões em particular: a Amazônia e o Nordeste. Já na mesa-redonda sobre *Centros e periferias: tensões e interfaces*, a discussão se concentrou na apresentação e avaliação de experiências de intervenções intra-urbanas, tanto em áreas centrais de cidades como São Paulo ou Belo Horizonte quanto em áreas detentoras de condições socioambientais precárias e/ou irregulares, como nos exemplos de Recife ou do Programa Favela-bairro do Rio de Janeiro.

A dimensão política das práticas urbanas, um permanente desafio na busca por uma sociedade mais justa, foi o pano de fundo do debate estabelecido na mesa-redonda intitulada *Concepções atuais de gestão urbana: instrumentos e estratégias*. Já a fundamental discussão acerca das possibilidades e limitações no acesso a fontes de financiamento para programas e projetos urbanos e regionais foi tema de uma mesa-redonda composta, principalmente, por órgãos

(1) A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1983, que congrega, hoje, 39 instituições brasileiras de pós-graduação e pesquisa no campo dos estudos e do planejamento urbano e regional. A cada dois anos são realizados os ENA, encontros nacionais da ANPUR, com publicação regular dos anais e expressiva participação da comunidade científica e acadêmica da área. Os encontros nacionais constituem a atividade de maior significação da associação, por representarem o espaço de convergência da reflexão e do debate sobre os avanços da produção científica e experiências vividas por profissionais e instituições no campo do planejamento urbano e regional. O X ENA, a que se refere esse balanço, foi realizado em Belo Horizonte, de 26 a 30 de maio de 2003.

financiadores e gestores. Outras duas mesas-redondas expressaram a importância do fortalecimento de laços de cooperação interinstitucionais entre ANPUR e outras instituições de pós-graduação e redes de pesquisadores nos âmbitos latino-americano e internacional mais amplo².

A temática relativa ao ensino de pós-graduação na área, apesar de ter sido objeto de uma sessão institucional específica, de fato permaneceu subjacente aos debates e demanda um espaço mais privilegiado de reflexão sistematizada no futuro próximo. Por outro lado, o X ENA deixou claro que há um leque bastante abrangente de pesquisas em andamento na área, evidenciado não só por referências advindas dos trabalhos apresentados, mas, principalmente, pelo surpreendente número de sessões livres propostas: 19. Essa modalidade de atividade, integralmente proposta por pessoas ou instituições, revela, em sua constituição, a existência de grupos e redes articuladas em torno de temas e projetos. Os temas tratados nas sessões livres encontram-se listados no Anexo 2.

As sessões temáticas refletem a resposta dos pesquisadores e profissionais da área, na forma de trabalhos selecionados³, à instigação inicial dada pelo tema central. Buscando cobrir o universo temático de atuação da comunidade da ANPUR, foram definidas as seguintes sessões temáticas, que, por sua vez, desdobraram-se em subsessões: Gestão, poder e democracia: novas estratégias e agentes no planejamento e nas políticas públicas; Reconfigurações territoriais: reestruturações econômicas e socioespaciais; Novas escalas e estratégias territoriais na gestão ambiental; Reestruturação intra-urbana: mercado imobiliário e dinâmica socioespacial; Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações; Novas sociabilidades: cultura, identidade e diversidade na produção do espaço; e temas emergentes, nos quais a tecnologia aparece como uma preocupação central⁴.

Ainda à guisa de contextualização ao balanço temático proposto, alguns indicadores de procedência dos trabalhos selecionados apontam importantes elementos para reflexão. Existe uma inequívoca concentração regional das instituições às quais se vinculam os autores de trabalhos selecionados, como ilustra o quadro a seguir.

Distribuição dos trabalhos selecionados para as sessões temáticas, por regiões, segundo a filiação institucional declarada pelo autor – X ENA

Regiões	N	NE	SE	S	CO	n.i. (*)	Total
Trabalhos	2	30	135	30	8	8	213
%	1	14	63	14	4	4	100

(*) não-identificada

Fonte: Programação/Caderno de Resumos do X ENA, 2003

(2) Ver Anexo 1 para a composição das mesas-redondas do X ENA.

(3) Foram submetidos à seleção, por parte de um comitê científico, 433 trabalhos completos (de um total de 727 resumos recebidos inicialmente), originários de todas as regiões do país, compreendendo um amplo leque de instituições de pós-graduação e pesquisa na área do planejamento e estudos urbanos e regionais. Foram selecionados 168 trabalhos completos para apresentação oral, além de 45 pôsteres associados às sessões temáticas.

(4) Ver Anexo 3 para o detalhamento dos temas cobertos pelas sessões temáticas.

Os dados acima, analisados por estado, sugerem alguns patamares de concentração. No patamar mais elevado, correspondente a um número absoluto superior a 50 trabalhos, encontram-se Rio de Janeiro e São Paulo com, respectivamente, 29% e 25% do total. Em um patamar intermediário, porém bastante distante do primeiro, situam-se Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul com um número de trabalhos variando entre 14 e 20. A seguir, com sete ou oito trabalhos cada, situam-se Paraná, Bahia e o Distrito Federal. Finalmente com até quatro trabalhos, temos os estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Santa Catarina.

Certamente, há uma distorção, que exagera tal concentração, causada pelo fato de a distribuição ter sido feita pela filiação institucional declarada e não pela instituição de origem dos autores. Assim, acredita-se que haja um número não-desprezível de trabalhos de pesquisadores de instituições de diversas partes do país os quais, naquele momento, eram mestrandos ou doutorandos em universidades fora de seus estados, em especial de São Paulo ou Rio de Janeiro, a sediarem a maior parte dos programas de pós-graduação da área dos estudos urbanos e regionais (49% dos programas filiados/associados à ANPUR estão nos dois estados).

Quando se considera o objeto empírico a que se referem os trabalhos, a mesma concentração reaparece, porém com algumas nuances interessantes. De fato, Rio de Janeiro e São Paulo são as áreas urbanas mais estudadas, com 25 e 20 trabalhos respectivamente. A seguir, destacam-se, novamente, Porto Alegre (10), Belo Horizonte e Recife (8 trabalhos cada); Brasília, Salvador e, curiosamente, Natal (6 trabalhos cada)⁵.

Naturalmente, essa é uma questão complexa cuja apreensão requer a incorporação de muitas outras variáveis, não apenas de caráter quantitativo, o que foge ao escopo dessas observações. Apesar disso, parece claro haver ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido da diversificação espacial, com qualidade, do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

O TEMA CENTRAL: UM CONVITE AO DEBATE

Em torno de quais questões se organizaram os trabalhos? O texto a seguir, redigido pela Comissão Organizadora⁶, tem caráter de “editorial” e buscou lançar um desafio em torno do qual se articulou a chamada de trabalhos:

“Novos marcos para o planejamento e a gestão urbana já existem no Brasil: a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade. Avanços importantes têm sido conseguidos, seja pelas formas mais democráticas de gestão, seja por meio de abordagens teóricas e pesquisas empíricas. A reestruturação econômica e as novas relações socioespaciais, locais e interescares, em um contexto de fluxos

(5) Foram contabilizadas as cidades mencionadas e seus entornos metropolitanos.

(6) A Comissão Organizadora do X ENA foi formada pelos professores Geraldo M. Costa (IGC/UFMG), Jupira G. Mendonça (NPGAU/UFMG), Roberto Luís M. Monte-Mór (CEDEPLAR/UFMG) e Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG).

cada vez mais globalizados, sugerem que as articulações entre mudanças sociopolíticas e o planejamento urbano e regional têm se tornado mais difíceis e limitadas. Em que pesem os avanços na participação e organização da sociedade civil junto às práticas de planejamento e gestão pública nos níveis urbano e regional, o planejamento, enquanto teoria e prática socioespacial regular e incorporada à gestão da coisa pública e coletiva tem encontrado dificuldades para (re)afirmar seu papel norteador dos caminhos da utopia.

Qual o nosso papel enquanto produtores do conhecimento diante desses fatos? Quais as novas e/ou velhas contribuições teóricas a serem exploradas e/ou (re)construídas? O que dizer da sonhada prática socioespacial, consciência crítico-pedagógica para uma cidadania simultaneamente autônoma e globalizada?

Tais perguntas remetem, certamente, à dimensão política do planejamento que, no âmbito teórico, está ainda pouco desenvolvido diante dos impasses que a ele se colocaram nas últimas décadas. As discussões sobre a natureza e o caráter do estado capitalista, por exemplo, foram abandonadas há longo tempo. As relações entre poder e espaço, muito discutidas ao final do século e as relações sociedade-natureza, trazidas ao debate nos últimos anos, ainda não foram suficientemente digeridas em suas articulações teóricas ou práticas.

Essas questões, que não são novas, têm sido abordadas de forma isolada ou segmentada. Entretanto, sua atualidade reclama uma reflexão conjunta e sistemática visando orientar pensamentos e ações que possam contribuir não só para a sonhada emancipação social, mas também, e talvez principalmente, para se repensar o ensino e a pesquisa básica na área do planejamento urbano e regional.

As encruzilhadas do planejamento pressupõem olhares que avaliem experiências e formulações teóricas e apontem para o futuro virtual que se busca transformar. É tempo de rever caminhos, de voltar às encruzilhadas.”

ALGUMAS DAS MUITAS RESPOSTAS

Vistas a partir dos trabalhos selecionados para as sessões temáticas, as respostas foram muitas e variadas. Avaliações detalhadas do conjunto de trabalhos de cada sessão foram feitas pelos respectivos coordenadores e integram os anais do X ENA, não cabendo, portanto, repeti-las ou mesmo sintetizá-las. Busca-se, entretanto, realçar algumas questões as quais, em conjunto, têm relação direta com o desafio proposto pelo tema central e/ou se impuseram como questão relevante a ocupar um universo significativo de pesquisadores da área.

Do que se depreende do conjunto dos que se centram na temática do planejamento e da gestão urbana, regional e ambiental, em suas relações com as esferas de poder e a democracia, de fato, o marco regulatório da Constituição de 88 e, especialmente, o Estatuto da Cidade, aparecem como referências marcantes.

São muitas as avaliações de aplicação de instrumentos, de elaboração e implementação de planos diretores e outras peças de planejamento, relacionadas a áreas metropolitanas e cidades de vários portes. Na maioria dos trabalhos, a questão da participação e da organização da sociedade civil se encontra subjacente às análises, em graus e abordagens que oscilam entre a participação enquanto elemento dado, até as abordagens a buscarem o reconhecimento da experiência de participação enquanto formadora de sujeitos sociais no processo analisado.

Algumas experiências paradigmáticas, como os orçamentos participativos, continuaram a ser bastante discutidas nesse encontro, já apontando um crescente grau de complexidade da questão, tanto em termos dos agentes e interesses envolvidos quanto em termos de avaliações críticas de experiências que contam com um razoável grau de consolidação em alguns municípios. Assim, o tom otimista (e, às vezes, mesmo ufanista) dos primeiros trabalhos vem, progressivamente, dando lugar a preocupações que vão da necessidade de aperfeiçoamento do instrumento à utilização, nem sempre criteriosa, do discurso da participação como mecanismo de legitimação de práticas de intervenção.

Tanto os trabalhos envolvendo planos diretores quanto aqueles que se debruçam mais claramente sobre estudos e propostas ambientais reconhecem que, apesar das dificuldades e limitações dos respectivos contextos e processos, são inegáveis avanços ocorridos com a obrigatoriedade de elaboração de planos, estudos de impacto ambiental ou de vizinhança, zoneamentos ecológico-econômicos, regulamentação de vários instrumentos urbanísticos e ambientais por meio do Estatuto da Cidade, Lei das Águas, entre outros. Da mesma forma apontam avanços e limitações das inúmeras instâncias colegiadas de discussão, deliberação e poder, como os conselhos, comitês gestores, assembleias, etc.

Em termos metodológicos e tecnológicos, um número expressivo de trabalhos discutiu as potencialidades e limitações do uso de técnicas e tecnologias de apreensão, medição, representação, modelagem ou mesmo projeção da realidade ante cenários virtuais ou reais. Dentre esses merecem menção especial, pela forte presença, as tentativas de construção de indicadores socioambientais e o uso de sistemas de informações georreferenciados.

Algumas questões permanecem como impasses cuja superação transcende o âmbito abordado pelos trabalhos selecionados, apontando para impasses de natureza política mais ampla. Entre esses cabe mencionar a problemática metropolitana, seja em termos da busca de formatos mais apropriados de gestão, seja em termos do sempre difícil confronto político entre diferentes escalas de poder e as possibilidades de articulação entre elas.

As questões associadas à dinâmica intra-urbana e às desigualdades socioespaciais articuladas ao mercado imobiliário e à produção do ambiente construído aparecem em várias trabalhos, ainda que, muitas vezes, de forma pouco explícita. Com sessão temática obrigatória e expressivo número de

contribuições nos primeiros encontros da ANPUR, quando prevaleciam as abordagens da economia política da urbanização ou da compreensão dos mecanismos formadores das rendas fundiárias, enfatizadas as (perversas) lógicas de produção do espaço urbano, a partir dos conflitos de interesses dos agentes que nele atuam, essa temática vem experimentando uma significativa metamorfose conceitual nos últimos anos.

Por um lado, há uma mudança de foco na direção de uma maior compreensão da informalidade urbana, da avaliação de programas e projetos associados à regularização fundiária, reassentamentos habitacionais, urbanização de favelas e outras formas de intervenção de interesse social por parte do Estado e outros agentes. Desejável e necessária, tal tendência deverá firmar-se enquanto área de pesquisa, à medida que passe a ser, crescentemente, objeto de políticas públicas e de práticas urbanas.

Por outro lado, reafirma-se a importância tanto do Estado, seja por aparato regulatório ambiental e urbano, seja por meio de investimentos em infra-estrutura e equipamentos, como do mercado, na definição dinâmica intra-urbana, nos mecanismos de valorização imobiliária, na criação de valores associados à moradia e ao consumo do espaço.

Ainda assim, parece haver um reconhecimento da inexorabilidade da lógica que produz a informalidade e a segregação. As implicações políticas da “naturalização” de relações sociais tão complexas, abrangendo Estado, sociedade e mercado, não podem ser subestimadas, sob o risco de serem eventualmente internalizadas por determinados discursos do planejamento e da gestão compartilhada. O complexo equilíbrio nas relações entre Estado e mercado, mediado pelo planejamento estratégico, este muitas vezes articulado a estratégias de competitividade, constituiu uma temática recorrente em muitos dos trabalhos espalhados por várias sessões temáticas. O ressurgimento da importância do papel de regulação do mercado, rebatizado como empreendedorismo urbano, aponta para a premente necessidade de rediscussão do papel do Estado e da sociedade civil na construção da política urbana.

Estimulados pelo debate nacional e internacional dos últimos anos, os pesquisadores e estudiosos têm também sido atraídos por um crescente número de casos para serem estudados, comparados ou contrapostos, já que é igualmente crescente o número de propostas de intervenção urbanas tributárias do planejamento estratégico. São, em geral, baseadas em projetos e planos para áreas centrais e/ou deterioradas, muitas vezes em localizações privilegiadas em busca de capital para investimento, cujo produto revalorizado pós-intervenção apóia-se, normalmente, nos múltiplos arranjos envolvendo atividades de lazer/ consumo/cultura/turismo, em detrimento da permanência dos grupos sociais originários dos lugares. Discussões sobre a natureza e o resultado de tais intervenções, no sentido da modernização urbanística, da preservação *stritu sensu*, ou, mais recentemente, da progressiva artificialização desses espaços (no

limite, a chamada *disneylandização*), são uma preocupação recorrente, tanto em trabalhos com recortes mais históricos quanto da atualidade.

As imbricações entre políticas culturais e urbanas constituem um campo de possibilidades de avanço teórico na compreensão da dinâmica urbana e social, apontado por trabalhos que privilegiaram o enfoque a partir da cultura. Tal enfoque adquire maior centralidade nesse X ENA, embora em encontros anteriores a temática já se anunciasse. A importância da dimensão simbólica é ressaltada em vários trabalhos os quais, tendo como objeto a cidade contemporânea, enfatizam os discursos, práticas e representações do urbano.

A busca por olhares e experiências do passado com vista a compreender e atuar sobre este objeto complexo, a sociedade urbana contemporânea, tem sido uma tendência cada vez mais forte na área, comprovada pelo crescente número de pesquisadores que se identificaram com a subárea de *história das idéias, das práticas e das representações*⁷. Esse trânsito intertemporal constitui, de fato, uma característica da produção mais ampla do conhecimento nas ciências sociais e humanas da atualidade, tendo encontrado um campo fértil nos estudos urbanos e regionais, já por formação alimentados pelo olhar da história – das artes, da cultura, da arquitetura, do urbanismo – parecendo caminhar no sentido da construção de uma história urbana e das cidades e regiões, conforme caracterização dos coordenadores dessa sessão temática no texto em que apresentam os trabalhos (X ENA, 2003).

Assim, muitos trabalhos se debruçam sobre reconstituições de intervenções e leituras acontecidas em momentos marcantes da história, com especial ênfase no ideário modernista e sanitarista; outros buscam a compreensão das utopias que serviram de referência às intervenções no espaço construído, ou ainda sublinham aspectos ligados às identidades socioculturais e à vida cotidiana. Em termos de abordagens, ressalta-se a busca pela interlocução com outros campos disciplinares, o estabelecimento de perspectivas comparativas, bem como o resgate de formas pretéritas de gestão da cidade, nas quais as relações público-privadas ocupam um lugar de destaque.

Partindo para uma escala territorial mais ampla, questões ligadas à formação da rede urbana e à produção do espaço urbano-regional articulam olhares de amplo espectro temporal, desde processos de conquista e apropriação do território brasileiro no século 14 às novas e muitas configurações urbano-regionais decorrentes da reestruturação produtiva mundial. As conseqüências socioespaciais das mudanças no mundo do trabalho, o papel das inovações baseadas na abordagem do conhecimento, a interrogação sobre o significado das novas e velhas fronteiras, são algumas das contribuições ao avanço da temática da reconfiguração do território brasileiro. Nesse caso, com algumas exceções, registrou-se um elevado número de trabalhos os quais investigavam a região Sudeste, particularmente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

(7) A sessão temática 5 – Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações, recebeu mais de 1/4 (118) do total de trabalhos submetidos ao X ENA. Outra demonstração inequívoca da vitalidade da área são os seminários de História da Cidade e do Urbanismo, cuja oitava versão acontecerá em 2004. Os seminários acontecem em anos alternados aos dos encontros nacionais da ANPUR e têm atraído um número significativo e crescente de pesquisadores.

Finalmente, do ponto de vista do desafio estabelecido, inicialmente, sobre repensar teorias e práticas, e também sobre a própria idéia de encruzilhadas, a pressupor tomadas de decisões a respeito de novos caminhos a percorrer, o conjunto de trabalhos selecionados, induzem a uma enorme diversidade de possibilidades de continuidade. Dentre essas, cabe-nos ressaltar os seguintes aspectos, sem prejuízo de outros:

Tem havido um significativo avanço no conhecimento e na representação da realidade urbana e regional brasileira. Aumentam os trabalhos que exploram bases de dados originais, utilizam tecnologias de ponta e exploram modelagens, simulações e construção de cenários, mapeamentos e técnicas georreferenciadas de diferentes graus de complexidade. Sofisticam-se as construções de indicadores e índices que têm sustentado análises comparativas e subsidiado a formulação de políticas, programas e projetos de intervenção. Ainda assim, tais trabalhos têm, sistematicamente, apontado, em suas conclusões, que esses avanços, apesar de fundamentais, têm sido insuficientes para dar conta da complexidade dos fenômenos socioespaciais os quais buscam entender ou representar.

Da mesma forma e com mais intensidade, constata-se um avanço significativo no âmbito da regulação social. Aparentemente temos um razoável instrumental tecnológico e normativo. Observa-se um avanço importante na legislação urbana e ambiental, em muitos casos, como corolário de longos processos (como no caso do *Estatuto da Cidade*) de mobilização e lutas sociais, bem como a institucionalização de inúmeras instâncias de deliberação e negociação política de conflitos, algumas delas baseadas em territorialidades novas (como o caso da gestão de bacias hidrográficas) cujas práticas se encontram ainda em construção.

Avanços e conquistas trazem consigo também limitações. Compreender a natureza delas e buscar superá-las constitui uma etapa fundamental do aprendizado político. Há, entretanto, uma percepção generalizada – apesar dos avanços apontados, estes têm sido insuficientes para transformar, de forma mais radical, a realidade. O argumento segundo o qual nos faltavam os meios ou os instrumentos para respaldar as políticas urbanas, ambientais, fundiárias, regionais, entre outras, perde importância perante a timidez dos resultados, suas abrangências pontuais e localizadas, ou à urgência e magnitude das necessidades da sociedade, reinscrevendo, portanto, as práticas na esfera mais ampla da política.

É dentro desse contexto que se formatam os desafios a serem enfrentados nos próximos anos pelo ensino, pesquisa e prática na área dos planejamentos e dos estudos urbanos e regionais, muitos dos quais, certamente, farão parte da temática do XI Encontro Nacional da ANPUR.

ANEXO I – MESAS-REDONDAS OCORRIDAS DURANTE O X ENA

MR 1 – Encruzilhadas do planejamento: Repensando teorias e práticas

- Escalas de poder: cidadania, gestão, poder, participação, conflito – Ana Clara T. Ribeiro – IPPUR/UFRJ
- Estado e planejamento: papel do Estado, democracia, políticas – João Antônio de Paula – CEDEPLAR/UFMG
- Escalas espaciais: territórios, região, ambiente – Leila C. Dias e Gislene A. Santos – PG. Geografia/UFSC
- Escalas espaciais: segregação, dinâmica imobiliária, qualidade de vida – Martin Smolka – LILP e Pedro Abramo – IPPUR/UFRJ
- Dimensões temporais: história, memória, forma, volumetria – Ana Fernandes e Marco Aurélio de F. Gomes – PPGAU/UFB

MR 2 – Concepções atuais de gestão urbana: instrumentos e estratégias

- Raquel Rolnik – Ministério das Cidades
- Sônia Rabello – UERJ
- Lúcio Kowarick – FFLCH/USP
- Márcio Pochmann – Prefeitura de São Paulo

MR 3 – Novas perspectivas para o financiamento de políticas públicas urbanas

- Maria Beatriz Lima – CEF
- Márcio Henrique Monteiro de Castro – BNDES
- Mário José Ferreira – BDMG
- André de Souza – CUT/Conselho Curador do FGTS

MR 4 – Construindo uma agenda comum de cooperação internacional de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional

- Carlos Vainer – IPPUR/UFRJ e ANPUR
- Vanessa Watson – University of Cape Town
- Louis Albrecht – Université de Louvain
- Carlos de Mattos – Red Ibero-Americana de Investigación sobre Globalización y Territorio
- Bruce Stiffell – Florida State University e GPEAN – Global Planning Education Association Network
- Adriana Parias Durán – Associação Colombiana de Investigadores Urbanos e Regionais

MR 5 – Repensando antigas questões: o regional, o metropolitano e o local

- Clélio Campolina Diniz – CEDEPLAR/UFMG
- Allain Rallet – Universidade de Paris XI
- Luiz César de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ
- Bertha Becker – IGEO/UFRJ
- Tânia Bacelar – Sudene e UFPE

MR 6 – Centros e periferias: tensões e interfaces

- Nádia Somekh – Prefeitura São Paulo e Emurb
- Celina Albano – Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte
- Fernando Cavallieri – Prefeitura do Rio de Janeiro
- Norma Lacerda – MDU/UFPE

Fórum – Perspectivas de Cooperação Internacional

- AAPS – Association of African Planning Schools
- ACSP – Association of Collegiate Schools of Planning
- AESOP – Association of European Schools of Planning
- ALEUP – Asociación Latinoamericana de Escuelas de Urbanismo y Planeación
- ANZAPS – Australian and New Zealand Association of Planning Schools
- APERAU – Association pour la Promotion de l'Enseignement et de la Recherche en Aménagement et Urbanisme
- Red Ibero-americana de Investigación sobre Globalización y Territorio
- RNIU – Red Nacional de Investigadores Urbanos

ANEXO 2 – SESSÕES LIVRES PROPOSTAS

Aglomeraciones urbanas e metrópoles novas no contexto de transformação do processo de urbanização brasileiro

Ministério das Cidades: Desafios e perspectivas para os planejadores urbanos

Aspectos teóricos e metodológicos para a investigação da pobreza – Conceitos e operacionalização

A cidade da informalidade. Favela – Um desafio urbano no século XXI

Instrumentos para a compreensão do desenvolvimento urbano: sistemas de indicadores – experiências e perspectivas

Planos para cidades novas planejadas: estâncias balneárias e cidades de relocação

Política e gestão do patrimônio: consenso e dissenso na preservação da cidade modernista

Quadriedro urbano: alguns modos de ver e pensar a cidade

Habitação e reabilitação de áreas centrais

Determinação do valor justo de desapropriação em processos judiciais

Economia política do espaço: perspectivas de reconstrução conceitual

Qualidade de vida nas cidades: novas abordagens, metodologias de avaliação e uma proposta de observatório local

Grandes projetos urbanos: um novo modo de planejar as cidades?

Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre

Plano diretor estratégico de São Paulo: aspectos políticos e metodológicos do processo de concepção e elaboração

Profissão arquiteto: conceito, formação, prática, imagens

Dinâmica da expansão metropolitana contemporânea e implicações para a gestão

O urbanismo sanitário no Brasil republicano

Gestão ambiental urbana em três cidades do Centro-Oeste brasileiro

ANEXO 3 – SESSÕES TEMÁTICAS E SUAS SUBSESSÕES

ST 1 – Gestão, poder e democracia: novas estratégias e agentes no planejamento e nas políticas públicas

Orçamento participativo, participação popular e a relação com os espaços da cidade (2 sessões)

Descentralização e o dilema dos municípios de pequeno porte: crítica e avaliação

A questão metropolitana e regional

Plano diretor e Estatuto da Cidade

Novas formas de planejamento e gestão: *city marketing*, planejamento estratégico, patrimônio histórico-ambiental e turismo

ST 2 – Reconfigurações territoriais: reestruturações econômicas e socioespaciais

Metrópole, cidade-região, aglomeração: contribuições conceituais

Metrópole: novos agentes, novas configurações, novas dinâmicas

Urbanização e segregação: novas (e velhas) territorialidades

Reestruturação produtiva e novas configurações urbano-regionais

Mercado de trabalho e dinâmica econômica recente

Desenvolvimento local e regional, competição e políticas urbanas

S 3 – Novas escalas e estratégias territoriais na gestão ambiental

Regulações, conflitos e negociações no uso e apropriação dos recursos naturais

Áreas protegidas e novas territorialidades

Lutas sociais e justiça ambiental

Risco, impactos e legislação ambiental

Meio ambiente e urbanização

Avaliação de políticas, planos e projetos

ST 4 – Reestruturação intra-urbana: mercado imobiliário e dinâmica socioespacial

Dinâmica socioespacial e segregação urbana

Acesso à terra, habitação e perspectivas

Regularização do solo e reestruturação intra-urbana

Mercado imobiliário e produção do ambiente construído

Novas e velhas estratégias de valorização da terra urbana

ST 5 – Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações

Colonização do território e redes urbanas

Modernização e melhoramentos urbanos

Gestão histórica da cidade: mediações público-privadas

Identidades socioculturais e utopias de espaço

História do urbanismo: pensamento e projeto

História do planejamento e instituições urbanísticas

Memória e ideários preservacionistas: formação e perspectivas

ST 6 – Novas sociabilidades: cultura, identidade e diversidade na produção do espaço

Novas sociabilidades: identidade, cidadania

Novas sociabilidades: habitação, cotidiano

Cidade e cultura: representações urbanas

Cidade e cultura: políticas urbano-culturais

Cidade contemporânea: exclusão, segregação

Cidade contemporânea: vigilância, segurança

ST 7 – Temas emergentes

Modelos: entre velhos problemas e novas soluções I. Modelagens urbanas e suas potencialidades

Modelos: entre velhos problemas e novas soluções II. Segregação e violência urbanas: novos modos de análise

Modelos: entre velhos problemas e novas soluções III. Novas tecnologias, novas abordagens para o estudo do patrimônio histórico e do lazer

Novas construções teóricas. Convergências teóricas

Imagens e tecnologias no espaço urbano I. Cenas urbanas/cultura virtual

Imagens e tecnologias no espaço urbano II. Do habitante à cidade: redes e virtualidades

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, F. O Estado e a exceção – Ou o estado de exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, p. 9-14, maio 2003.

X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Encruzilhadas do Planejamento: Repensando teorias e práticas. 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Planejamento, políticas públicas, práxis socioespacial, cultura, cidadania, urbanização, estado.

Planning, public policies, social and spatial praxis, culture, citizenship, urbanization, the state.

Heloisa Soares de Moura Costa

Arquiteta, doutora em demografia (UFMG), professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IGC/UFMG), presidente da ANPUR – Gestão 2003-2005 e da Comissão Organizadora do X ENA.